

Os povos indígenas e os Censos do IBGE: Uma experiência brasileira*

Nilza de Oliveira Martins Pereira*
Marta Maria Azevedo♦

Resumo

A importância dos dados quantitativos para os povos indígenas no sentido de atender as suas necessidades específicas e orientar suas próprias políticas e as políticas públicas setoriais adquiriu nos últimos anos um grande interesse nos diversos países. Muito se pode atribuir ao crescimento do volume populacional desta população na última década em diversos países da América Latina.

Vários são os critérios utilizados para quantificar as populações indígenas nos países a partir da fonte censitária. Na América Latina os mais utilizados são a localização geográfica, línguas faladas e autoidentificação (Peysner e Chackiel, 1999).

A experiência do Brasil quanto a aplicação da metodologia de autoclassificação na captação da população indígena data do Censo Demográfico de 1991 onde foi incorporada mais uma categoria às quatro já existentes (branca, preta, amarela e parda) no quesito "Qual a sua cor ou raça?". E, assim, foi possível obter a categoria indígena separadamente das pessoas que se classificavam como pardas nos censos até 1980.

Os resultados do Censo Demográfico 2000 revelaram uma nova distribuição espacial da população que se autodeclarou indígena, segundo as Grandes Regiões do Brasil.

O ritmo de crescimento anual no período 1991/2000 da população que se autodeclarou indígena foi da ordem de 10,8%. Acreditamos que este crescimento não seja apenas demográfico, mas também uma mudança na autoidentificação de um contingente de pessoas que anteriormente se identificavam como pardos.

A composição por sexo e idade da população que se declarou indígena, em 2000 apresentou um significativo estreitamento de sua base, representando declínio da fecundidade, ainda com alta razão de dependência em função da grande contribuição do contingente de jovens. Regionalmente as pirâmides etárias são bem distintas para o conjunto total da população.

Os resultados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000 revelaram características estruturais bem distintas para a população que se autodeclarou indígena quando recortadas pelas regiões brasileiras. Da mesma forma que a dicotomia urbano/rural é acentuada na análise deste grupo populacional, é preciso levar em consideração as diferentes categorias sociológicas que se autodeclararam indígenas em ambos os censos: de um lado pessoas descendentes de índios, mas que não reconhecem um pertencimento étnico específico, contingente este que cresceu muito no Censo de 2000, e em geral moram nas áreas urbanas, e de outro lado pessoas pertencentes aos cerca de 220 povos indígenas que habitam as Terras Indígenas e mantêm suas tradições, organizações sociais, línguas e culturas específicas. Cada uma destas categorias sociológicas se distingue regionalmente no Brasil, e através das análises demográficas que os Censos possibilitarão será possível melhorar e tornar mais eficazes as políticas públicas direcionadas às mesmas.

* Trabalho apresentado no I Congresso da Associação Latino Americana de População, ALAP, realizado em Caxambú- MG – Brasil, de 18- 20 de Setembro de 2004.

* Estatística do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

♦ Antropóloga, demógrafa do Instituto Socioambiental.

Os povos indígenas e os Censos do IBGE: Uma experiência brasileira*

Nilza de Oliveira Martins Pereira*
Marta Maria Azevedo♦

Introdução

A importância dos dados quantitativos para os povos indígenas no sentido de atender as suas necessidades específicas e orientar suas próprias políticas e as políticas públicas setoriais adquiriu nos últimos anos um grande interesse nos diversos países. Muito se pode atribuir ao crescimento do volume populacional desta população na última década em diversos países da América Latina.

Vários são os critérios utilizados para quantificar as populações indígenas nos países a partir da fonte censitária. Na América Latina os mais utilizados são a localização geográfica, línguas faladas e autoidentificação (Peyser e Chackiel, 1999).

A experiência do Brasil quanto a aplicação da metodologia de autoclassificação na captação da população indígena data do Censo Demográfico de 1991 onde foi incorporada mais uma categoria às quatro já existentes (*branca, preta, amarela e parda*) no quesito "Qual a sua cor ou raça?". E, assim, foi possível obter a categoria *indígena* separadamente das pessoas que se classificavam como pardas nos censos até 1980. Esta metodologia está baseada na declaração espontânea do indivíduo, e consiste na formulação do quesito onde a pessoa tem que se autoclassificar segundo a consideração que tem de si mesma (Giusti, 2000). O conceito foi aplicado àqueles que viviam em Terras Indígenas, como também aos que viviam fora das mesmas. Porém, esta forma de captação da informação não identifica cada povo indígena, apenas toma como critério o índio genérico, deixando de identificar os cerca de 220 povos que habitam o território brasileiro. Existem algumas limitações quanto ao critério metodológico de autoidentificação ou autoclassificação, tais como: a subenumeração da informação em função do

* Trabalho apresentado no I Congresso da Associação Latino Americana de População, ALAP, realizado em Caxambú- MG – Brasil, de 18- 20 de Setembro de 2004.

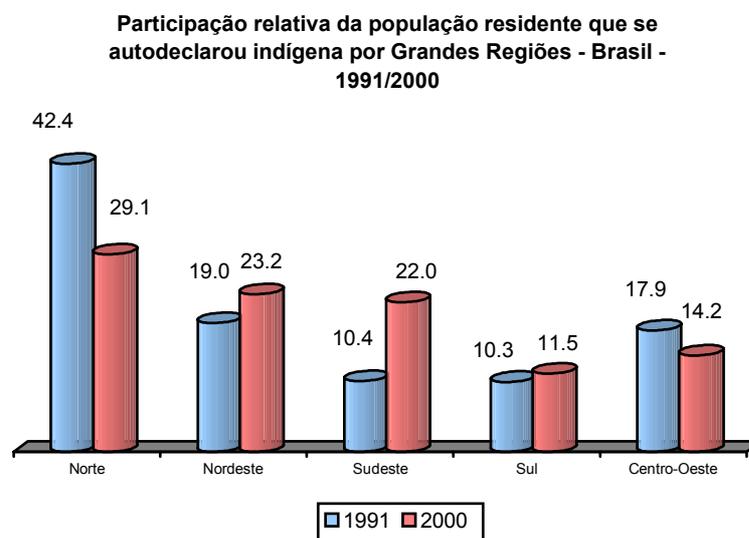
* Estatística do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

♦ Antropóloga, demógrafa do Instituto Socioambiental.

processo de miscigenação que a sociedade brasileira sofreu e que se mantém até hoje, e também a sobrenumeração como resultado de uma certa simpatia pela causa indígena e suas culturas específicas ou de percepção de possíveis benefícios provenientes de políticas destinadas a favorecer estes grupos (Schkolnik, 1998).

1. Crescimento e distribuição espacial

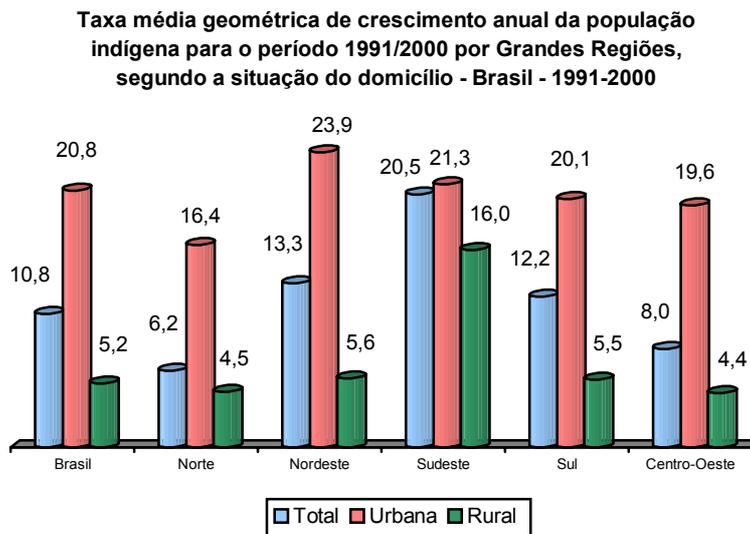
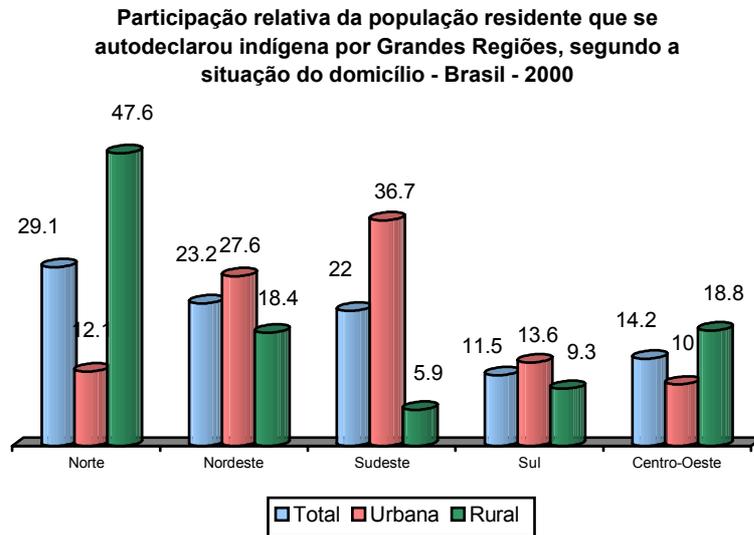
Os resultados do Censo Demográfico 2000 revelaram uma nova distribuição espacial da população que se autodeclarou *indígena*, segundo as Grandes Regiões do Brasil. Na Região Norte do país residia, em 2000, 29,1% desta população, enquanto que em 1991, esta proporção era 42,4%. Historicamente esta região sempre concentrou a maior proporção de população indígena no total de indígenas do país, com estes resultados praticamente a hegemonia foi dividida com as participações significativas das regiões Nordeste e Sudeste. Isto aconteceu provavelmente devido ao grande crescimento de pessoas que se identificavam como pardas ou negras e que, no censo de 2000, passaram a se identificar como *indígenas*. Na região sudeste, em 1991, 30.586 pessoas se autoclassificaram como indígenas e em 2000 esta população passou para 156.134; no nordeste de 55.851 pessoas identificadas como indígenas em 1991, em 2000 este contingente era de 166.500.



O Censo Demográfico de 1991 revelou que o percentual de *indígenas* era 0,2%, obtido em relação a população total brasileira, totalizando assim 294 mil indígenas no país. O Censo Demográfico 2000 revelou 734 mil pessoas autoidentificadas como *indígenas* no país, portanto atingindo um crescimento absoluto de 440 mil indígenas. Com este resultado o ritmo de crescimento anual no período 1991/2000 foi da ordem de 10,8%. Acreditamos que este crescimento não seja apenas demográfico, mas também uma mudança na autoidentificação de um contingente de pessoas que anteriormente se identificavam como *pardos*. Segundo Azevedo, vários fatores poderiam explicar este crescimento no período 1991/2000. “A década de 90 foi muito boa para os índios. Houve a Constituição e a Rio-92, que fizeram com que eles aparecessem na mídia de maneira positiva. Cresceu a questão ambiental, onde eles surgiram como defensores do meio ambiente. Houve também uma pesquisa sobre o DNA dos brasileiros feita pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG, em 1997 que mostrou 45 milhões de brasileiros têm ascendência indígena. Coisas assim reforçaram a identidade étnica e fizeram surgir um orgulho de ser descendente de índio”.

A distribuição deste crescimento foi de forma desigual nas regiões brasileiras, onde a Região Norte que detém a maior participação de indígenas do país apresentou o menor ritmo de crescimento anual. A Região Sudeste que em 1991 detinha a menor participação de indígenas no total de indígenas do país dobrou a sua participação em 2000, passando de 10,4% para 22,0%, logo com um ritmo de crescimento anual da ordem de 20,5%. Para melhor entendimento desta identificação, o recorte pela situação do domicílio urbana/rural revelou que as áreas urbanas de todas as regiões brasileiras apresentaram significativos incrementos, enquanto a área rural tem na Região Sudeste o grande destaque. Um prejuízo negativo na identificação da população indígena é aqueles residentes nas cidades, onde talvez por preconceito deixam de responder que realmente são indígenas, como será visto mais adiante com as informações para as 27 capitais brasileiras. Não se pode deixar de considerar a relação existente com o aumento na proporção de população urbana de um modo geral em todos os estados brasileiros, principalmente ligado a três fatores: o próprio crescimento vegetativo nas áreas

urbanas, da migração, sobretudo dentro do próprio estado, com destino urbano e, em pequena escala, da incorporação de áreas que em censos anteriores eram consideradas rurais (Pereira, 2004).



O crescimento e a distribuição espacial, no âmbito estadual, caracteriza-se por um aumento da população autoidentificada como *indígena* nos estados onde a participação relativa deste contingente é menor, qualquer contribuição em termos de volume populacional em populações rarefeitas altera substancialmente o seu incremento. No conjunto das capitais brasileiras, 18,1% dos *indígenas* residiam nas capitais em 2000, enquanto que em 1991 este percentual era 12,0%, tendo crescido, portanto, em 50,5%. O crescimento nas capitais das regiões Nordeste, Sul e Centro-Oeste foi acentuado. Enquanto a

Região Norte manteve em 2000 a mesma participação de 1991 a Região Sudeste apresentou maior concentração de indígenas no interior¹, embora as taxas de crescimento, tanto das capitais quanto as do interior, experimentaram aumentos em seus contingentes. Algumas capitais da Região Norte (Porto Velho, Rio Branco e Boa Vista); no Nordeste (Fortaleza) e as da Região Sudeste, excetuando Vitória, revelaram redução na proporção de pessoas autodeclaradas *indígenas* com relação ao total de *indígenas* do estado de 1991 para 2000, e com isto, Boa Vista e Rio Branco apresentaram até uma perda populacional no período 1991/2000.

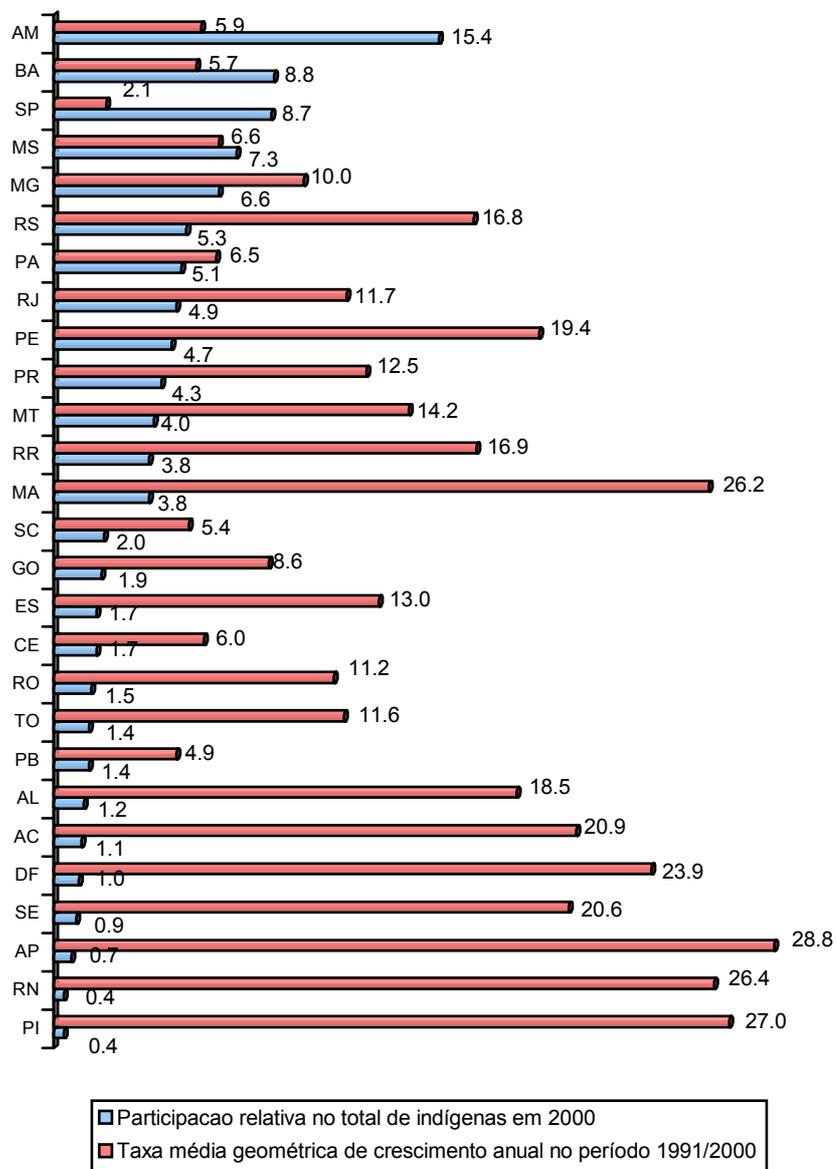
População residente que se autodeclarou indígena, distribuição relativa e taxa média geométrica de crescimento anual, segundo as Grandes Regiões, Municípios das Capitais e Interior - Brasil - 1991/2000

Grandes Regiões, Municípios das Capitais e Interior	População residente que se autodeclarou indígena				
	Total		Distribuição relativa (%)		Taxa média geométrica de crescimento anual - 1991/2000
	1991	2000	1991	2000	
Brasil.....	294 131	734 127	100.0	100.0	10.8
Capitais.....	35 341	132 706	12.0	18.1	16.0
Interior.....	258 790	601 421	88.0	81.9	9.9
Região Norte.....	124 615	213 443	100.0	100.0	6.2
Capitais.....	12 785	21 399	10.3	10.0	5.9
Interior.....	111 830	192 044	89.7	90.0	6.3
Região Nordeste.....	55 853	170 389	100.0	100.0	13.3
Capitais.....	6 229	38 655	11.2	22.7	22.7
Interior.....	49 624	131 734	88.8	77.3	11.6
Região Sudeste.....	30 589	161 189	100.0	100.0	20.5
Capitais.....	10 631	43 367	34.8	26.9	17.1
Interior.....	19 958	117 822	65.2	73.1	22.0
Região Sul.....	30 334	84 747	100.0	100.0	12.2
Capitais.....	2 094	12 395	6.9	14.6	22.1
Interior.....	28 240	72 352	93.1	85.4	11.1
Região Centro-Oeste.....	52 740	104 360	100.0	100.0	8.0
Capitais.....	3 602	16 890	6.8	16.2	18.9
Interior.....	49 138	87 470	93.2	83.8	6.7

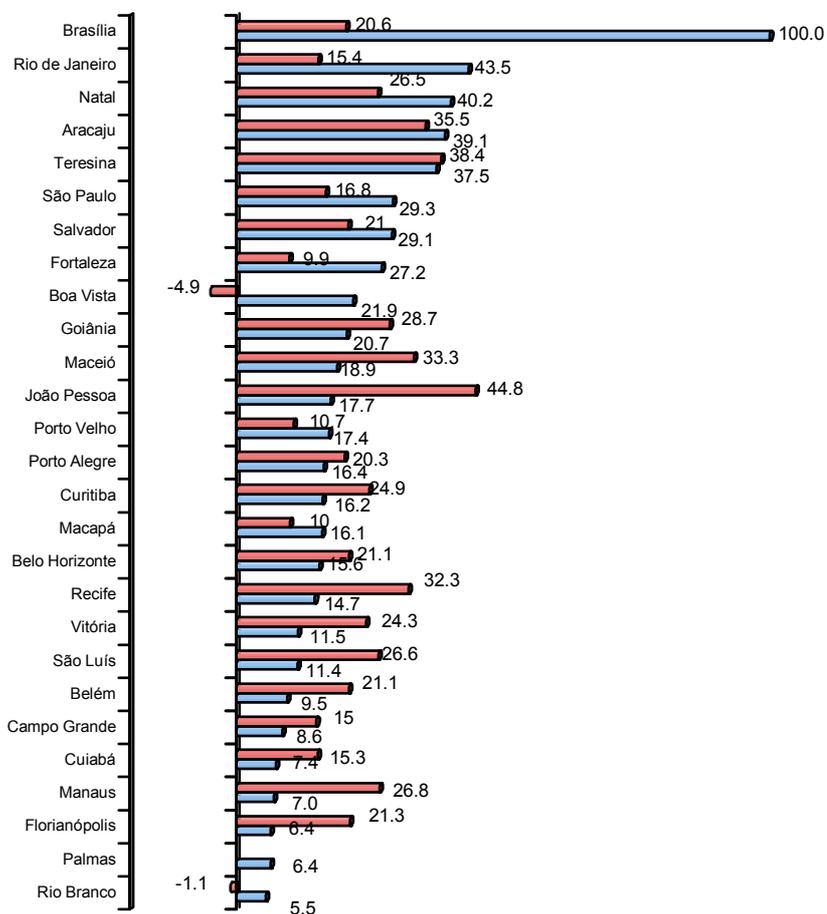
Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1991-2000.

¹ Considerou-se como interior o conjunto de municípios que não possuíam o status de capital.

Participação relativa e taxa média geométrica de crescimento anual no período 1991/2000 da população residente que se declarou indígena, segundo as Unidades da Federação - 2000



Proporção da população residente que se declarou indígena no total de indígenas do estado e taxa média geométrica de crescimento anual no período 1991/2000 , segundo as Capitais Brasileiras - 2000

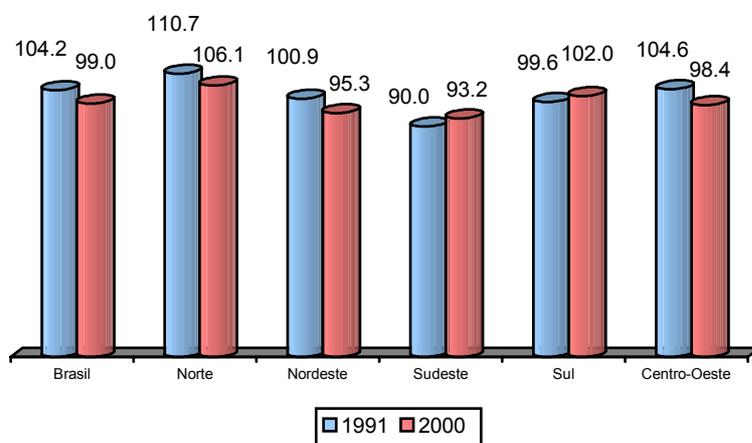


■ Proporção da população residente que se declarou indígena no total de indígenas do estado em 2000
■ Taxa média geométrica de crescimento anual no período 1991/2000

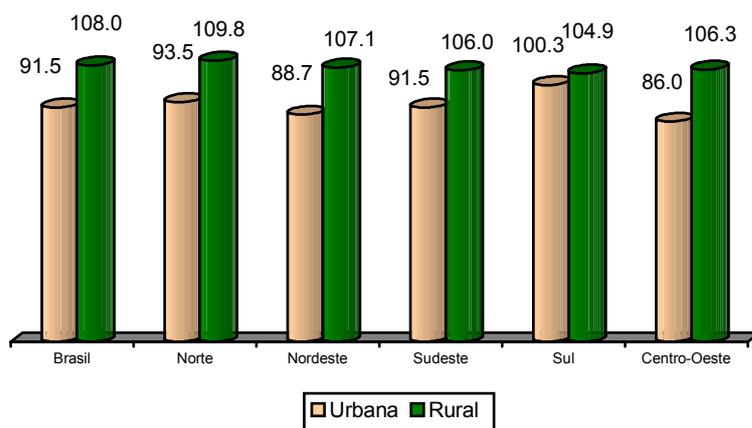
2. Estrutura por sexo e idade

A razão de sexo da população que se autodeclarou *indígena* no Censo Demográfico 2000 revelou um equilíbrio entre homens e mulheres; em 1991, existia um excedente masculino da ordem de 4,2%. Na análise da razão de sexo pela situação do domicílio observou-se que esta população segue o padrão da população brasileira como um todo, predomínio feminino nas áreas urbanas e superávit masculino nas áreas rurais.

Razão de sexo da população residente que se autodeclarou indígena por Grandes Regiões - Brasil - 1991/2000

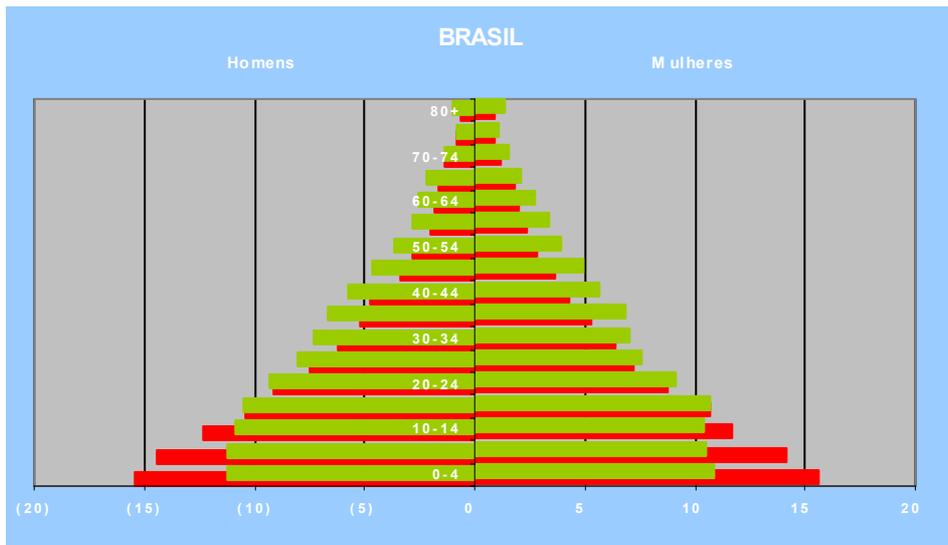


Razão de sexo da população residente que se autodeclarou indígena por Grandes Regiões, segundo a situação do domicílio - Brasil - 1991/2000

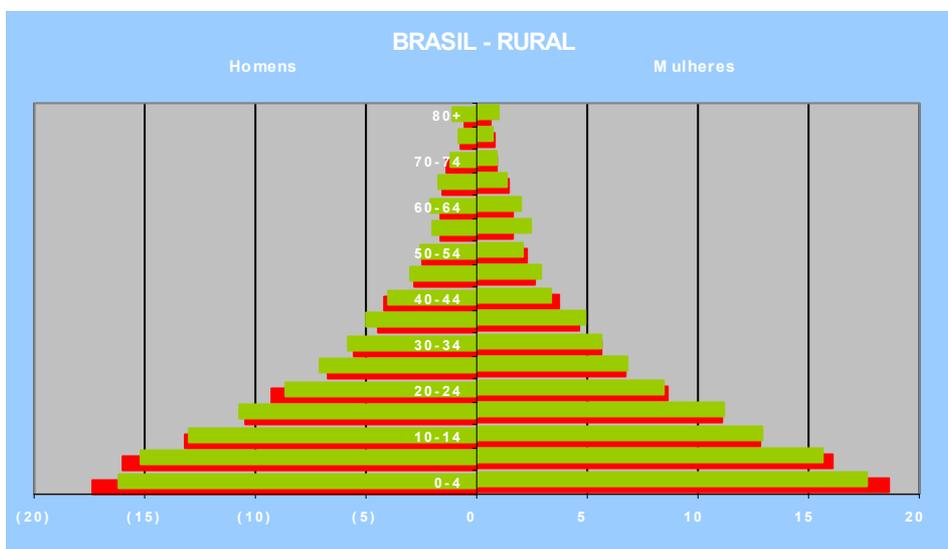
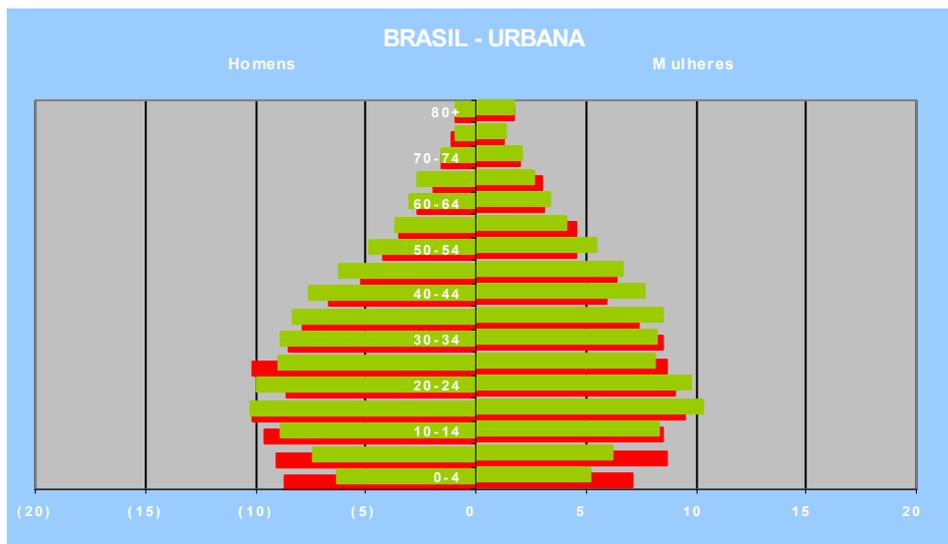


A composição por sexo e idade da população que se declarou *indígena*, em 2000 apresentou um significativo estreitamento de sua base, representando declínio da fecundidade, ainda com alta razão de dependência em função da grande contribuição do contingente de jovens.

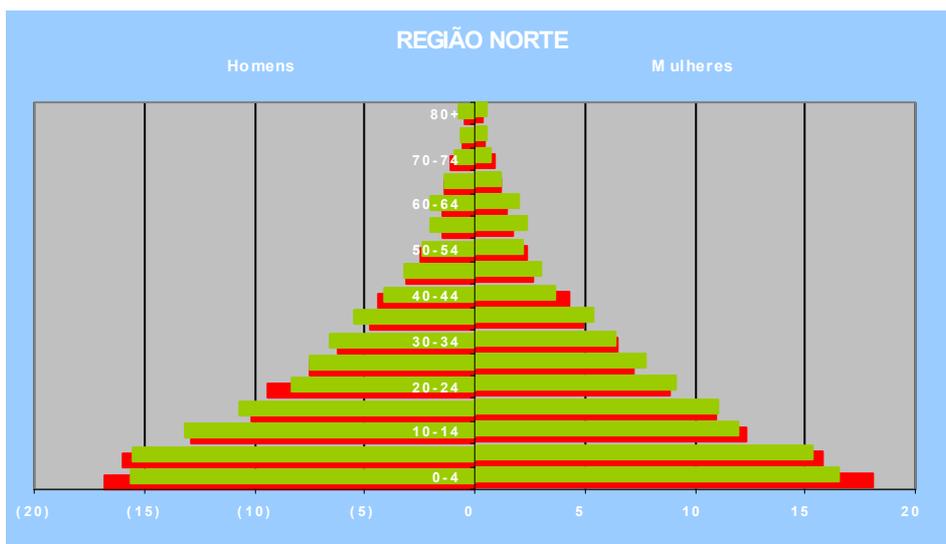
Composição por sexo e idade
1991/2000



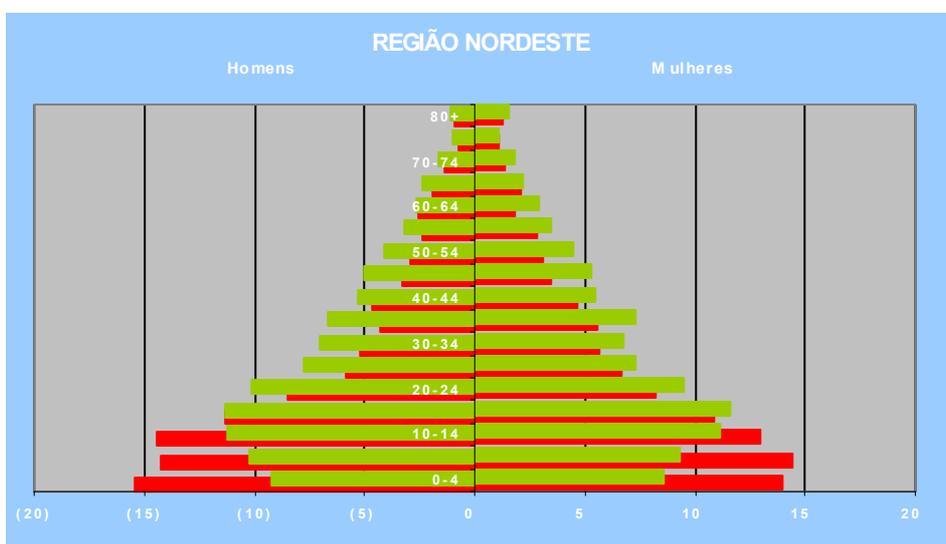
Para a área urbana a redução do peso relativo do contingente de jovens na população total *indígena* intensificou o processo de estreitamento da base. Enquanto que a população que se autodeclarou *indígena* na área rural apresentou características de uma população jovem com uma base alargada, fruto da persistência de altos níveis de fecundidade, que vai se estreitando proeminentemente na medida em que a idade aumenta, com a redução da população adulta e idosa, caracterizando assim uma alta mortalidade. Isto provavelmente é devido ao fato de que a maioria dos povos residentes nas Terras Indígenas tem passado, nos últimos anos, por um processo de recuperação populacional, apresentando altas taxas de fecundidade e de mortalidade (Pagliaro, 2002 e Coimbra, 2002)



Regionalmente as pirâmides etárias são bem distintas para o conjunto total da população. Para a Região Norte a composição por sexo e idade da população que se declarou *indígena*, em 2000 apresentou uma base ainda larga e que se estreita rapidamente, representando alta natalidade e mortalidade, com idade mediana baixa e elevada razão de dependência em função da grande contribuição do contingente de jovens.

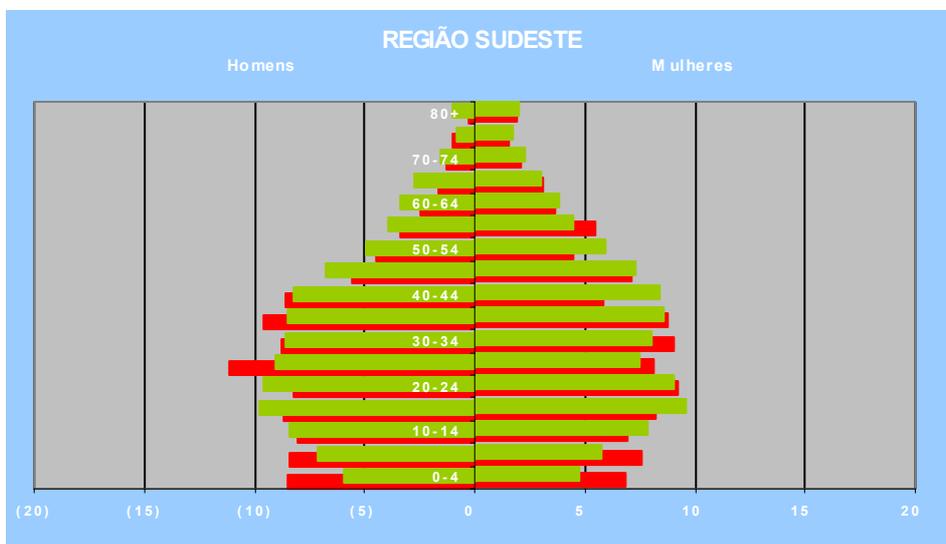


A composição por sexo e idade da população que se autodeclarou *indígena* na Região Nordeste apresentou características semelhantes a do Brasil como um todo. O contingente de crianças e adolescentes (0 a 14 anos de idade) que em 1991 era 42,8% declinou para 29,9%, tendo os estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco, Alagoas e Bahia revelado reduções que contribuíram muito para este comportamento. A proporção de idosos, pessoas de 65 anos ou mais de idade atingiu em 2000, 6,4%, convém destacar o Estado do Piauí com 7,2% de idosos indígenas.

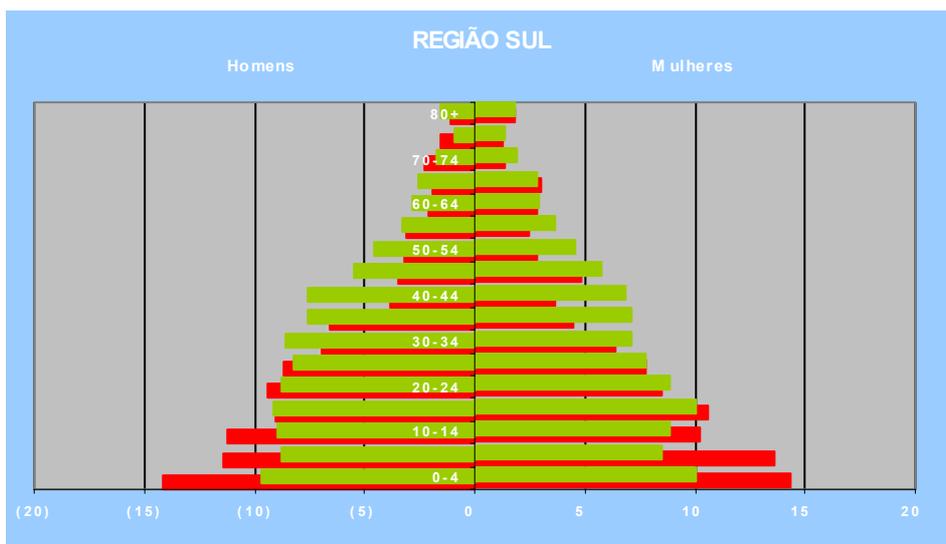


As características da pirâmide etária dos autodeclarados *indígenas* da Região Sudeste são correspondentes ao padrão etário da população urbana brasileira, se caracterizando por uma pequena proporção no grupo de crianças e adolescentes (0 a

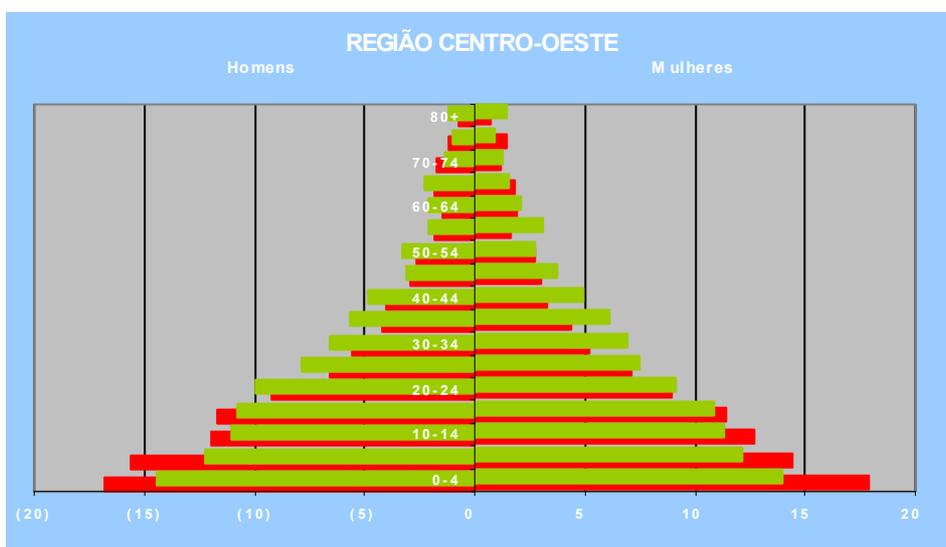
14 anos ou mais de idade). Uma fecundidade em níveis baixos, uma baixa mortalidade, com a menor razão de dependência e a maior proporção de idosos dentre as regiões do país. A proporção de pessoas *indígenas* de 15 a 64 anos de idade desta região atingiu 72,6% do total de *indígenas* da região. O declínio da fecundidade conjugada à redução da mortalidade contribuiu para as mudanças processadas na composição por idade desta população. Esta situação reflete, provavelmente, o aumento de pessoas que se autodeclaravam como pardos, ou outra categoria, nos censos anteriores e passaram a se declarar indígenas, já que a população que reside em Terras Indígenas nesta Região é bem inferior à população autodeclarada *indígena* no Censo.



A base da pirâmide etária da Região Sul apresentou comportamento distinto das demais com o patamar do grupo de 5 a 9 anos de idade inferior ao patamar do grupo de 0 a 4 anos de idade.



A Região Centro-Oeste apresentou na composição por sexo e idade formato piramidal semelhante a da Região Norte, isto é, com uma base ainda larga e que se estreita rapidamente, representando alta natalidade e mortalidade, com grande contribuição do contingente de jovens.



No país como um todo, a contribuição do segmento de crianças e adolescentes *indígenas* de 0 a 14 anos de idade no total da população *indígena* declinou de 41,8%, em 1991, para 32,6%, em 2000, ao passo que o grupo de idosos de 65 anos ou mais de idade, no mesmo período, aumentou em 23,4% (4,7% em 1991, e 5,8%, em 2000).

As diferenças observadas nas razões de dependência referentes às regiões foram bastante significativas. Enquanto o peso dos jovens e dos idosos sobre o segmento de 15 a 64 anos de idade residente na Região Norte, correspondia a 90,2%. Este indicador para a Região Sudeste alcançou 37,7%. Os estados brasileiros que formam a Região Sudeste acrescido de Goiás e o Distrito Federal apresentaram as mais reduzidas razões de dependência. A estrutura por idade da população que se autodeclarou *indígena* permitiu a derivação do índice de envelhecimento populacional, este índice está em elevação em praticamente todas as regiões, o que reflete a influência da continuada queda da fecundidade e simultaneamente, o aumento da esperança média vida. Os níveis mais elevados foram encontrados nos estados pertencentes à Região Sudeste, destacando-se o comportamento do Rio de Janeiro com uma relação idoso/criança de 49,9%.

3. Considerações finais

Os resultados dos Censos Demográficos de 1991 e 2000 revelaram características estruturais bem distintas para a população que se autodeclarou *indígena* quando recortadas pelas regiões brasileiras. Da mesma forma que a dicotomia urbano/rural é acentuada na análise deste grupo populacional, é preciso levar em consideração as diferentes categorias sociológicas que se autodeclararam *indígenas* em ambos os censos: de um lado pessoas descendentes de índios, mas que não reconhecem um pertencimento étnico específico, contingente este que cresceu muito no Censo de 2000, e em geral moram nas áreas urbanas, e de outro lado pessoas pertencentes aos cerca de 220 povos indígenas que habitam as Terras Indígenas e mantêm suas tradições, organizações sociais, línguas e culturas específicas. Cada uma destas categorias sociológicas se distingue regionalmente no Brasil, e através das análises demográficas que os Censos possibilitarão será possível melhorar e tornar mais eficazes as políticas públicas direcionadas às mesmas.

Referências Bibliográficas

AZEVEDO, M.; RICARDO, F. Indigenous Lands and Peoples: recognition, growth and sustenance. Population and environment in Brazil: Rio + 10 . Campinas: CNPD, ABEP, NEPO, 2002.

AZEVEDO, M.; Censos Demográficos e “os índios”: Dificuldades para reconhecer e contar. Povos Indígenas no Brasil – 1996/2000. Instituto Socioambiental. São Paulo, 2000.

COIMBRA, Jr. et al. The Xavante in Transition. Health, Ecology and Bioanthropology in Central Brazil. Ann Arbor, The University of Michigan Press, Michigan, 2002.

GIUSTI, A.. Argentina: Censo 2001, alternativa de abordaje de la problemática indígena - "Todos contamos: Los Grupos Etnicos en los Censos "I encuentro internacional - Cartagena de Indias, Colombia – 2000.

IBGE_Censo demográfico 2000: manual do recenseador - CD- 1.09. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. 149 p.

IBGE_Censo demográfico 2000: Características Gerais da População - resultados da amostra. Rio de Janeiro: IBGE, 2003. 178 p.

IBGE_Censo demográfico 1991: manual do recenseador - CD- 1.09. Rio de Janeiro: IBGE, 2000. 97 p.

IBGE_Censo demográfico 1991: Características Gerais da População e Instrução. Rio de Janeiro: IBGE, 1991. V 1.

PAGLIARO, Heloísa. A Revolução Demográfica dos Povos Indígenas do Brasil: a experiência dos Kaiabi do Parque Indígena do Xingu – Mato Grosso – 1970 – 1999. Tese de Doutorado apresentada na Faculdade de Saúde Pública da USP, São Paulo, 2002.

PEREIRA, N. O. M.; FLORIDO, A . C.; FERNADES, M. Z. População residente em terras Indígenas: características básicas censitárias 1991 e 2000. XIII Congresso da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Ouro Preto, Minas Gerais, 2003.

PEREIRA, N. O. M. Perfil demográfico e socioeconômico das pessoas que se autodeclararam indígenas nos censos demográficos – 1991-2000. XIV Congresso da Associação Brasileira de Estudos Populacionais, Caxambu, Minas Gerais, 2003.

PEYSER, A.; CHACKIEL, J. La identificación de poblaciones indígenas en los censos de America Latina. CEPAL/ CELADE – 1999. América Latina: Aspectos conceptuales de los censos Del 2000. (Seminario Censo 2000: diseño conceptual y temas a investigar en America Latina) Serie Manuales, Santiago, Chile, 1999.

SANTOS, R.; COIMBRA Jr, C. Cenários e tendências da saúde e da epidemiologia dos povos indígenas no Brasil. Epidemiologia e saúde dos povos indígenas no Brasil, ABRASCO, 2003.

SCHKOLNIK, S. La identificación de poblaciones indígenas en los censos de America Latina. CEPAL/ CELADE – 1998. I Encuentro Internacional: Todos Contamos Los Grupos Etnicos en los Censos. Cartagena de Indias, Colombia, 2000.